**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**
**SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE-SETRE**

# CONTRATO Nº013/2025

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DA BAHIA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE E A COOPERATIVA DE COLETA SELETIVA, PROCESSAMENTO DE PLÁSTICO E PROTEÇÃO AMBIENTAL - CAMAPET, PARA OS FINS QUE NELE SE DECLARAM.**

O **ESTADO DA BAHIA**, por intermédio da **SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE - SETRE**, CNPJ nº 13.937.123/0001-03, situada à Av. Luiz Viana Filho, 200, 3ª Plataforma, 2ª Avenida, Centro Administrativo da Bahia – CAB, CEP: 41.745-003, Salvador-BA, neste ato representado pelo seu titular, **Dr. AUGUSTO SÉRGIO VASCONCELOS DE OLIVEIRA**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº. 837604745, SSP/BA e do CPF nº 798.142.985-49, autorizado pelo Decreto Simples publicado no D.O.E. de 10/01/2025, doravante denominada Contratante, e a **Cooperativa de Coleta Seletiva, Processamento de Plástico e Proteção Ambiental - CAMAPET**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.293.479/0001-40, sediada na Rua Avenida Fernandes da Cunha, nº19, Mares CEP: 40.445-200, SALVADOR – BAHIA, doravante representada pelo **Sra. ELENILDES SOUZA DUARTE**, portador da cédula de identidade nº06.670.479-05, emitida por SSP-BA, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº802.946.935-72, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, doravante denominado Contratada, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente **Dispensa de Licitação nº 010/2025**, processo administrativo nº **021.2129.2025.0000302-21**, que se regerá Lei Estadual nº 14.634, de 28 de novembro de 2023, pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas.

## CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços da **COLETA SELETIVA no carnaval de Salvador 2025, na Rua direta da Piedade, Politeama (proximidades do viaduto da Politeama e do Orixás Center)**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência (art. 92, inciso I da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

1.2Vinculam-se a esta contratação, independentemente de transcrição (art. 92, inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 2021):

a) Termo de Referência;
b) Proposta da Contratada;
c) Ato que autorizou a contratação direta;
d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de **04 (quatro) meses**, a contar de *data da assinatura do Contrato (parágrafo único do art. 67 da Lei nº 14.634/2023)*], observado o artigo 105 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

2.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratada, previstas neste instrumento (art. 111 da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

2.2 A prorrogação de que trata esta cláusula está condicionada à justificativa e autorização da autoridade competente para celebrar o ajuste, devendo as condições e preços permanecerem vantajosos para o Contratante, permitida a negociação com a Contratada, observando-se, ainda, o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) comprovação de que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
b) apresentação de relatório que discorra sobre a execução do Contrato, com informações de que os serviços foram prestados regularmente;
c) apresentação de justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
d) manifestação expressa daContratada informando o interesse na prorrogação;
e) comprovaçãode que a Contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3 AContratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4 A prorrogação doContrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6 O Contrato não poderá ser prorrogado, quando for aplicada à Contratada:

a) a sanção de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado da Bahia;

b) a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, nos termos do §5° do art. 156 da Lei Federal n° 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA TERCEIRA –MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1 As regras de execução e de gestão do contrato constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato (art. 92, incisos IV, VII e XVIII, da Lei Federal n° 14.133, de 2021).

3.2 Fica indicado como gestor deste Contrato o servidor Júlio Silva Santana, matrícula: 92091069

3.3 Fica indicado como fiscal deste Contrato o servidor: Ana Daniella Araujo – 92035923 e os servidores membros da Comissão de Fiscalização de Contratos nomeados através da Portaria 096/2019.

**CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual (art. 122, §2°, da Lei Federal n° 14.133, de 2021).

4.2 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratada, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação, não se responsabilizando o Contratante por nenhum compromisso assumido pelaContratada com terceiros.

4.3 A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto (art. 122, §1°, da Lei Federal n° 14.133, de 2021).

4.3.1 AContratada apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratada, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente (art. 122, §1°, da Lei Federal n° 14.133, de 2021).

4.4 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 122, §3°, da Lei Federal n° 14.133, de 2021).

4.5 Caso tenha sido formulada no Termo de Referência a exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 48, inciso II, da Lei Complementar n° 123, de 2006, além do regramento acima, deverão ser observadas as seguintes disposições específicas:

4.5.1 A Contratada deverá apresentar, ao longo da vigência contratual, sempre que solicitada, a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de extinção do contrato, assegurando-lhe, para fins de regularização, o prazo de cinco dias úteis, prorrogável por até igual período.

4.5.2 Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas (art. 48, §2° da Lei Complementar 123, de 2006).

**CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. Estima-se para o Contrato o valor global de **R$ 372.062,80 (trezentos e setenta e dois mil sessenta e dois reais e oitenta centavos)**, conforme valores abaixo especificados:

| LOTE | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **ITEM** | **Código SIMPAS** | **Descrição** | **Unidade de Fornecimento (UF)** | **Quantitativo** | **Preço Unitário** | **Preço Global** |
| **1** | 03.33.21.00003 072-4 | APOIO A COLETA SELETIVA | Un | 1,00 | R$ 372.062,80 | - |
| | - | - | - | | | |
| | - | - | - | | | |
| | | | | VALOR ESTIMADO MENSAL | | - |
| | | | | VALOR ESTIMADO GLOBAL | | R$ 372.062.80 |

5.2. Nos preços contratados estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal daContratada, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, tributos, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pelaContratada das obrigações.

5.3O valor do Contrato referido nesta Cláusula é meramente estimativo, dependendo os pagamentos devidos àContratada dos quantitativos efetivamente executados.

**CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO**

6.1 O prazo para pagamento àContratada e as demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui anexo deste Contrato (art. 92, incisos V e VI, da Lei Federal n° 14.133, de 2021).

**CLÁUSULA SÉTIMA –MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO**

**Reajustamento em sentido estrito**

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data de celebração do contrato(art. 92, inciso V e §3°, da Lei Federal n° 14.133, de 2021).

7.2 Após o interregno de 1 (um) ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços (INPC).

7.2.1 Na hipótese de não reajustamento dos preços pelo Contratante, o requerimento de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos doart. 131, parágrafo único, da Lei Federal n° 14.133, de 2021, sob pena de preclusão.

7.3 Nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará àContratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), serão(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7 O reajustamento será realizado por apostilamento, na forma do art. 136, inciso I da Lei Federal n° 14.133, de 2021.

**Outras causas de reequilíbrio econômico-financeiro**

7.8 O reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dependerá de requerimento da Contratada quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, devendo ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

7.8.1 O requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nas hipóteses do art. 124, inciso II, "d", ou do art. 135 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, deverá ser formulado pelo interessado no prazo máximo de um ano do fato que o ensejou, sob pena de decadência, em consonância com o art. 211 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

7.8.2 Na hipótese de contratos de serviços contínuos, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei Federal n° 14.133, de 2021, sob pena de preclusão (art. 131, parágrafo único, da Lei Federal n° 14.133, de 2021).

7.8.2.1 Fica convencionado que, nos casos de contrato de serviços contínuos com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato deverá observar a disposição do subitem 7.8.1.

7.9. O Contratante, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período mediante justificativa, responderá a eventuais pedidos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato apresentado pela Contratada (art. 92, inciso XI, c/c 123, parágrafo único da Lei Federal n° 14.133, de 2021).

7.10 O processo de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em favor do Contratante ~~pode~~ deverá ser instaurado quando possível a redução do preço ajustado para compatibilizá-lo ao valor de mercado ou quando houver diminuição, devidamente comprovada, dos preços dos insumos básicos utilizados no Contrato.

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1 O Contratante, além das determinações contidas no instrumento convocatório, bem como daquelas

decorrentes de lei, obriga-se a:

a)exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelaContratada, de acordo com este Contrato e seus anexos;

b)receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

c)intimar aContratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

c)acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pelaContratada;

d)comunicar-se comaContratadapara emissão de nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) relativamente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

e)efetuar o pagamento àContratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

f)aplicar àContratada as sanções previstas em lei e neste Contrato;

g)explicitamente emitir decisãosobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente ContratoapresentadaspelaContratada, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, no prazo definido no subitem 8.1.1;

h) responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro apresentados pelo Contratada no prazo definido nosubitem7.9;

i) intimar os emitentes das garantias relativamente ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, §4º da Lei nº 14.133, de 2021).

8.1.1O Contratante, no prazo de10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do(s) requerimento(s)relacionado à execução do presente Contrato, decidirásobre todas as solicitações e reclamações apresentadas pelaContratada, admitida a prorrogação motivada do prazo, por igual período (art. 123 da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DACONTRATADA**

9.1. AContratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações decorrentes de lei e aquelas a seguir dispostas:

a)designar de sua estrutura administrativa um preposto permanentemente responsável pela perfeita execução do Contrato, servindo de interlocutor e canal de comunicação entre as partes;

b)atender às determinações regulares emitidas pelo Contratante e prestar(es) esclarecimento(s) ou informação(ões) por ele solicitado(s) (art. 137, inciso II, da Lei Federaln°14.133, de 2021);

c)reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Contratante, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

d)responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

e) não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

f)quando não for possível a verificação da regularidade no Cadastro de Fornecedores, aContratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s)para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede daContratada; 4) certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

g) manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

h) prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço;

i)executar os serviços sem solução de continuidade durante todo o prazo da vigência do contrato e comunicar ao Contratante qualquer anormalidade que interfira no bom andamento do Contrato;

m)paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

j) promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
k) conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
l) submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência;
m)cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei, observado o disposto no art. 116 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
n) atender às seguintes obrigações concernentes à aprendizagem: [art. 116, da Lei Federaln° 14.133, de 2021 c/c Lei Federal nº 13.459/15 e Decreto nº 16.761/15]:

1) observar a determinação do art. 429 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT) e respectiva regulamentação;
2) recrutar, preferencialmente, para a contratação de aprendizes determinada pelo art. 429 da CLT, os estudantes indicados no §2° do art. 38 da Lei estadual nº 14.395, de 2021, no percentual mínimo de 10% (dez por cento) do quadro de aprendizes daContratada;
3) apresentar ao fiscal ou responsável pela gestão e acompanhamento do contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contado do início efetivo da execução do serviço, a lista completa dos aprendizes, indicando aqueles selecionados no banco de dados de que trata a Lei estadual nº 14.395, de 2021, devendo justificar, perante o Contratante, a eventual impossibilidade de seu cumprimento.

o)comprovar a reserva de cargos a que se refere o subitem acima, no prazo fixado pelo Contratante, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);
p)guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;
q)arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inciso II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
r)observar a legislação federal, estadual e municipal, relativa ao objeto do Contrato;
s)alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
t)não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
u) providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução do Contrato;
v)efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do presente Contrato;
w)emitir nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) de acordo com a legislação, contendo descrição dos serviços, indicação de sua quantidade, preço unitário e valor total;
y) providenciar o cadastramento de seu representante legal ou procurador no site www.comprasnet.ba.gov.br ou outro que venha a substitui-lo, para a prática de atos através do Sistema Eletrônico de Informações – SEI;
z) realizar os serviços de manutenção e assistência técnica conforme prescrições do Termo de Referência;
aa) prover as instalações, aparelhamento e pessoal técnico exigidos na licitação;
bb) alocar durante todo o período de execução do objeto profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica e a equipe técnica mínima exigida no instrumento convocatório, admitindo-se a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo Contratante;
cc) ressarcir o Contratante pelos danos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados.

9.2 Além das determinações acima descritas, a Contratada deverá:
a) atender às obrigações de que tratam os Anexos deste Contrato;
b) manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato (art. 118 da Lei Federal nº 14.133, de 2021);

9.2.1 A indicação ou a manutenção do preposto da Contratada poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, hipótese em que a empresa designará outro profissional para o exercício da atividade.

**CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

10.1 As disposições sobre a garantia da contratação estão disciplinadas no Termo de Referência.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. Constituem infrações administrativas para os fins deste Contrato, as condutas constantes do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.2. Serão aplicadas à Contratada que incorrer nas infrações constantes do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, as sanções previstas no art. 156 da mesma norma, observado os arts. 48 e 49 da Lei Federal nº 14.634, de 2023 e a disciplina constante do Regulamento do Estado da Bahia.

11.3. No que concerne à multa, será observado o que se segue:

11.3.1 Multa compensatória:

a) No caso de descumprimento total da obrigação principal, será aplicada multa compensatória no percentual de10% (dez por cento) incidente sobre o valor global do contrato.

b) Caso o cumprimento da obrigação principal, uma vez iniciado, seja descontinuado, será aplicada multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento) incidente sobre o saldo do contrato, isto é, sobre a diferença entre o valor global do contrato e o valor da parte do serviço já realizado.

c) No caso de descumprimento da obrigação acessória, será aplicada multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento)incidente sobre o valor da obrigação descumprida ou da estimativa arbitrada do seu custo.

d) No caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o termo de contrato, em aceitar ou retirar o instrumento equivalente, ou, quando for o caso, em assinar a ata de registro de preços, ou praticar condutas a elas equiparadas, será aplicada multa compensatória no percentual 10% (dez por cento) incidente sobre o valor correspondente ao objeto adjudicado ou, quando for o caso, da estimativa da contratação.

11.3.1.1 Considera-se acessória, para os fins deste Contrato, a obrigação contratual de natureza instrumental, secundária ou meramente formal.

11.3.1.2 O inadimplemento de obrigação acessória que retarde, comprometa ou impeça a execução da obrigação principal será considerado descumprimento da obrigação principal, sujeitando-se às cominações legais respectivas.

11.3.2 Multa moratória:

a) O atraso injustificado na execução do Contrato ensejará a aplicação de multa moratória no percentual de 0,2% (dois décimos por cento), ao dia, incidente sobre o valor da obrigação descumprida ou da estimativa arbitrada do seu custo, observado o percentual máximo total de 30% (trinta por cento).

b) O atraso injustificado do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição de garantia contratual ensejará a aplicação de multa moratória no percentual de 3% três por cento) ao dia, incidente sobre o valor global do contrato.

11.3.2.1 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do Contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.3.2.2 Na hipótese do subitem anterior, se o cálculo da multa moratória atingir o patamar correspondente ao valor máximo da multa compensatória, o recebimento do objeto deverá ser recusado, salvo justificativa escrita devidamente fundamentada, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas em lei.

11.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, observado o disposto na Lei Estadual nº 12.209, de 20 de abril de 2011 (art. 156, §9º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

11.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei Federalnº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei e no Regulamento do Estado da Bahia (art. 159 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e §3º, do art. 47 da Lei nº 14.634, de 2023).

11.8. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos em lei e neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial.

11.8.1. Com a desconsideração da personalidade jurídica,todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada.

11.8.2 Em todos os casos de desconsideração da personalidade jurídica deverão ser observados o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal(art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021 e §1º do art. 55 da Lei nº 14.634, de 2023).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, conformedisciplinado no Regulamento do Estado da Bahia(art. 60 da Lei nº 14.634, de 2023).

11.11. A apuração das infrações administrativas será realizada em processo administrativo sancionatório, com a observância das garantias da ampla defesa e do contraditório, na forma do regulamento, conforme disciplina constante do Regulamento do Estado da Bahia.

11.11.1 Será admitida medida cautelar destinada a garantir o resultado útil do processo administrativo sancionatório, de forma antecedente ou incidental à sua instauração, inclusive a retenção provisória do valor correspondente à estimativa da sanção de multa.

11.11.2 O valor da retenção provisória a que se refere o subitem anterior deste artigo não poderá exceder ao limite máximo estabelecido no §3º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.

12.1.1. O Contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o Contrato não mais lhe oferece vantagem (art. 106, inciso III da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do Contrato, desde que haja a intimaçãoàContratada pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia (art. 106, §1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

12.1.3. Caso a intimação da não-continuidade do Contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O Contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1.A extinção do contrato poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta (arts. 138, incisoI,e 139 da LeiFederal nº 14.133, de 2021);

b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração (art. 138, inciso II, da LeiFederal nº 14.133, de 2021);

c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial (art. 138, inciso III, da LeiFederal nº 14.133, de 2021).

12.2.2. A alteração social, da finalidade ou da estrutura da empresa Contratada não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato (art. 137, inciso III, da LeiFederal nº 14.133, de 2021).

12.2.2.1. Se a alteração de que trata a subcláusula 12.2.2 implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.2.3. O Contrato será extinto caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

12.3 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

a) balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
b) relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
c) indenizações e multas.

12.4A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 131da Lei Federal nº 14.133, de 2021, observada a Cláusula Sétima deste Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1 As despesas para o pagamento do presente Contrato correrão à conta de recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada (art. 92, inciso VIII, da LeiFederal nº 14.133, de 2021):

| UNIDADE ORÇAMENTÁRIA | FONTE | PROJETO/ATIVIDADE | NATUREZA DA DESPESA | UNIDADE GESTORA |
|---|---|---|---|---|
| 3.21.101 – APG | 0.128 / 0.100 | 5914 | 33.90.39.00 | 0007 - SESOL |

13.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e a liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. AContratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (art. 125 da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

15.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**

16.1. Fica pactuado que os atos de comunicação processual com aContratadapoderão ser realizados por meio eletrônico, na forma do disposto na Lei nº 12.209, de 2011, e do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

16.1.1. AContratadadeverá manter atualizado o endereço eletrônico cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, para efeito do recebimento de notificação e intimação de atos processuais, conforme Decreto estadual nº 17.983, de 24 de outubro de 2017.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)**

17.1 As partes se comprometem a cumprir a Lei Federal nº 13.709, de 2018 (Lei de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), bem como regras e regulamentos que lhe forem aplicáveis e que tenham por objeto os dados pessoais tratados no âmbito do objeto contratado.

17.2 A Contratada deverá utilizar os dados pessoais recebidos em função do objeto do Contratosomente para a finalidade do objeto pactuado, não podendo, em caso algum, utilizar esses dados pessoais para finalidade distinta, sob pena de extinção imediata da contratação.

17.3 A Contratada se obriga a não armazenar, arquivar, reproduzir, transmitir, distribuir, transferir ou de qualquer forma compartilhar os dados pessoais disponibilizados pelo Contratante com terceiros, salvo nas hipóteses legalmente previstas.

17.4 Em caso de incidente de vazamento de dados pessoais, a Contratada deverá enviar comunicação ao Contratante, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contado a partir da ciência do vazamento, contendo, no mínimo, as seguintes informações:
a) data e hora do incidente; b) data e hora da ciência pela Contratada; c) relação dos tipos de dados afetados pelo incidente; d) relação de titulares afetados pelo incidente; e e) indicação de medidas que estiverem sendo tomadas para sanar e mitigar o incidente, bem como reparar eventuais danos e evitar novos incidentes.
17.5 O Contratante deverá ser informado no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.
17.6 A Contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres destaCláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
17.7 Encerrado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
17.8 A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações sobre os dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
17.9 Em caso de descumprimento de qualquer obrigação prevista nesta Cláusula, a Contratada ficará sujeita à integral responsabilização, inclusive por perdas e danos, aplicação das sanções cabíveis e da extinção do Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS**
18.1 Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato observará o disposto no art. 147 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
18.2 Os casos omissos serão dirimidos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, na Lei nº 14.634, de 2023, e demais normas aplicáveis.
18.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato observará o art. 183 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e o art. 67 da Lei nº 14.634, de 2023.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA– FORO**
19.1 As partes elegem o Foro da Cidade do Salvador, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solucionar quaisquer dúvidas oriundas deste instrumento que não puderem ser dirimidas por quaisquer dos meios alternativos resolução de controvérsias de que trata a Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Salvador, 27 de fevereiro de 2025.

**AUGUSTO SERGIO VASCONCELOS DE OLIVEIRA**
**SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE – SETRE**

**ELENILDES DE SOUZA DUARTE**
**COOPERATIVA DE COLETA SELETIVA, PROCESSAMENTO DE PLÁSTICO E PROTEÇÃO AMBIENTAL- CAMAPET**

Testemunhas:

CPF: 027.819.225-02

CPF: 021802950

**ANEXO ÚNICO**
**TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO DE EXECUÇÃO**
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2025**
**CONTRATO Nº013/2025**

# TERMO DE REFERÊNCIA

()CONTRATAÇÃODELEGADA
()SISTEMADEREGISTRODEPREÇOS
**Nota:assinalar a opção pertinente**

()LICITAÇÃO
(x)CONTRATAÇÃODIRETA
**Nota:assinalar a opção pertinente**

(Processo Administrativo nº021.2129.2025.0000302-21)

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Objeto:Contratação de serviço de apoio a coleta seletiva durante o carnaval 2025;
As especificações do objeto obedecerãoas condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, observado o disposto na tabela abaixo.

| Participaçã o[ampla/exclu siva] | Lote /Ite m | CódigoSIMPAS | Descrição | Unidade de Fornecime nto (UF) | Quantitativ o | Cronograma/Prazo |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1 | 03.33.21.00003072-4 | APOIO A COLETA SELETIVA,aos catadores/as de materiais recicláveis e, coletaseletiva. | Unidade | 01 | 04(quatro)meses |

As especificações do objeto constam:
()do anexo integrante deste Termo de Referência ( x) da descrição abaixo: ( ..... )

As características do objeto da contratação devem ser comprovadas através de documentos de domínio público emitidos pelo fabricante, tais como: catálogos, manuais, fichas de especificação técnica ou páginas da internet impressas.
As descrições e/ou materiais informativos utilizados nas especificações dos produtos cotados, que estejam vertidos em idioma diverso do nacional, deverão ser apresentados com tradução para o português, ressalvados os termos técnicos cuja compreensão seja usual.

O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos do art. 20 da Lei Federal 14.133/2021 e sua regulamentação.

Na contratação de que trata este Termo de Referência não será exigida da contratada a realização de transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

O prazo de vigência do Contrato é de 04(quatro) meses, a **contar da data** da(x) **assinaturadoContrato**()**subscrição daAutorização de Fornecimento de Material –AFM**( )**subscrição daAutorização de Prestação de Serviços –APS**, observado o artigo 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

O Contrato apresenta maior detalhamento das regras que serão aplicadas ao prazo de vigência.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A fundamentação da contratação, da caracterização do objeto e de seus quantitativos estáespecificada:
(x)emtópicopróprio do Estudo Técnico Preliminar ( ) na descrição a
seguir: (...)

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

Adescriçãodasoluçãocomoumtodoestáespecificada:
(x)emtópicopróprio do Estudo Técnico Preliminar ( ) na descrição a
seguir: (...)

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**Sustentabilidade:**

Não serão definidos critérios e práticas de sustentabilidade na contratação, conforme justificativa apresentada pelo gestor competente no processo administrativo de que trata este Termo de Referência, **doc. SEI 00108915585**.

**Indicaçãodemarcasoumodelos**

AAdministração**não**indicarámarca(s),característica(s)oumodelo(s).

**Exame de adequação do objeto(amostras,avaliaçãodeconformidade,provadeconceito, ou outros testes destinados à aferição da aceitabilidade da proposta)**

Nãoseráexigido(a)examedeadequaçãodoobjeto.

**Vistoria**

Nãoseráexigidaarealizaçãodevistoriaprévia.

**Subcontratação**

Nãoseráadmitidaasubcontrataçãodoobjetocontratual.

**Garantia**

**Garantiadeproposta**

Não haverá exigência da garantia de proposta de que trata o art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Garantiadacontratação**

Não haverá exigência da garantia da contratação, pelas razões constantes no processo administrativo de que trata este Termo de Referência, **doc. SEI 00108915585** (art. 96, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021).

A garantia na modalidade caução em dinheiro deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica a ser indicada pelo Contratante, com correção monetária.
Para garantia na modalidade títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia (art. 96, §1º, inc. I, da Lei Federal nº 14.133/2021).
Para garantia na modalidade fiança bancária, esta deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.
Na hipótese de opção pela modalidade caução em dinheiro, títulos da dívida pública ou fiança bancária, a prova da garantia, sob pena da caracterização de inadimplemento contratual, deverá ser apresentada no **prazo de 10 (dez) dias**, **após**( ) autorização da contratação direta
(x)assinaturado Contrato.
Nahipótesedegarantianamodalidadesegurogarantia:
a) deverá ser prestada em **até 60 (sessenta) dias**, contados da data da homologação da licitação e anteriormente à assinatura do Contrato (art. 96, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021).
b) tratando-se de contratação direta, deverá ser prestada anteriormente à assinatura do Contrato.
c) a apólice vigorará **por 60 (sessenta) dias** após o término da vigência do Contrato e continuará em vigor mesmo que a contratada não pague o prêmio nas datas convencionadas, devendo esta cláusula constar expressamente da apólice sob pena de

não aceitação da garantia (art. 97, incs. I e II, da Lei Federal nº 14.133/2021).
d) a apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do Contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
e) será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no subitem 4.6.2.1.8 (art. 97, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021).
f) ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos da regulamentação da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, devendo esta cláusula constar expressamente da apólice sob pena de não aceitação da garantia.

No caso das modalidades seguro garantia ou fiança bancária, não será admitida a existência de cláusulas que restrinjam ou atenuem a responsabilidade do segurador ou fiador.
Casoutilizadaoutramodalidadedegarantiadiversadosegurogarantia,asualiberação ou restituição somente ocorrerá após a fiel execução do Contrato ou a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

Na hipótese de suspensão do Contrato por ordem ou inadimplemento do Contratante, a contratada ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pelo Contratante.
A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, somente será aceita se, observada a legislação que rege a matéria, contemplar o pagamento de prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas, bem como de multas, prejuízos e indenizações decorrentes de inadimplemento, independentemente de outras cominações legais.
No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados para acontratação.
Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer
obrigação, a contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no mesmo prazo estabelecido para comprovação da garantia originária.
O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
O emitente da garantia ofertada pela contratada deverá ser intimado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021).
A liberação ou restituição da garantia ocorrerá após o recebimento definitivo da totalidade do objeto do Contrato, com a demonstração de cumprimento, pela contratada, das obrigações pactuadas.
O garantidor não é parte em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
A contratada autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, a contratação contempla a garantia de que trata o art. 26 do Código de Defesa do Consumidor (CDC), incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência.
A garantia de contratação é independente de garantia do produto/serviço prevista especificamente neste Termo de Referência nos termos do CDC.

**Participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio**

()Sim
( x ) Não, conforme justificativa constante do processo administrativo de que trata este Termo de Referência, **doc. SEI** 00108915585 (art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021).

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

**Regime de execução**

**Condiçõesdeexecução**
Aexecuçãodoobjetosedarádaseguinteforma:
Oprazodeexecuçãodoobjetoseráde04(quatro)meses,acontardadata ( x ) da assinatura do Contrato
()dasubscriçãodaAutorizaçãodePrestaçãodeServiços–APS.
*Cronogramaderealizaçãodoobjeto:27/02á27/06/2025*

**Localdaexecução**
Asespecificaçõesdoendereçoparaexecuçãodoobjetoconstam: ( ) do anexo integrante deste Termo de Referência
(x)dadescrição abaixo
RuaDiretadaPiedade,Politeama(proximidadesdoviadutodaPoliteamaedoOrixásCenter);

**Materiais a serem disponibilizados**

Paraaperfeitaexecuçãodoobjeto,acontratadadeverádisponibilizarosmateriais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades suficientes e adequadas.

**Garantia, manutenção e assistência técnica**

O prazo legal de garantia será de**30 (trinta) dias**, tratando-se de fornecimento de serviço e, quando houver, de produtos não duráveis, e de **90 (noventa) dias**, tratando-se de fornecimento de serviço e, quando houver, de produtos duráveis, contado da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços (art. 26, incs. I e II, e §1º, do CDC).

***Informações relevantes para o dimensionamento da proposta***

As informações relevantes para o dimensionamento da proposta constam deste Termo de Referência.
O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
Será considerada não escrita a fixação de prazo de validade inferior ao mínimo, ficando facultado aos licitantes ampliá-lo.
O licitante deverá apresentar a sua proposta e declaração de elaboração independente de proposta, conforme modelo integrante deste Termo de Referência.

**Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

As informações relevantes para o dimensionamento da proposta constam deste Termo de Referência.
O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
Será considerada não escrita a fixação de prazo de validade inferior ao mínimo, ficando facultado aos licitantes ampliá-lo.
O licitante deverá apresentar a sua proposta e declaração de elaboração independente de proposta, conforme modelo integrante deste Termo de Referência.
O licitante está obrigado a destinar parcela do quantitativo de trabalhadores necessários para a execução do objeto de que trata este Termo de Referência aos beneficiários do Programa de Inserção de Apenados e Egressos no Mercado de Trabalho (PRO-TRABALHO), instituídopelo Decreto nº14.764, de 03 de outubro de 2013, quando a quantidade de trabalhadores necessários para a execução do Contrato que será firmado entre a Administração e o licitante vencedor seja igual ou superior a 06 (seis), observadas as demais previsões do mencionado Decreto.
Caso a quantidade de trabalhadores necessária para a execução do Contrato administrativo seja igual ou inferior a 05 (cinco), será facultativa a destinação de parcela dos trabalhadores aos beneficiários do PRO-TRABALHO.
Será destacado na fatura mensal o quantitativo de trabalhadores beneficiários do PRO- TRABALHO, acompanhados dos valores pertinentes, conforme as cláusulas e condições indicadas nos subitens seguintes.

Aaferição do quantitativo de trabalhadores beneficiários do PRO-TRABALHO que deverá ser destinado pela contratada para a execução do Contrato será realizada mensalmente a partir do documento utilizado para emissão das guias de recolhimento das contribuições de assistência e previdência social e de FGTS correspondente aos trabalhadores que não se encontram nessa condição.
Na aferição de que trata o subitem 5.6.4.3 deverão ser excluídos os próprios trabalhadores beneficiários do PRO-TRABALHO, qualquer que seja a sua condição de segurado da previdência social.
Ao formular sua proposta e participar do certame, o licitante declara sua concordância em destinar parcela de quantitativo de trabalhadores necessários para a execução do objeto de que trata este Termo de Referência aos beneficiários do PRO-TRABALHO.
As vagas a serem disponibilizadas aos beneficiários do PRO-TRABALHO serão definidas conforme a Instrução Normativa SEAP/SETRE/SAEB nº 001/2018, observando-se:

a) quando o contingente mínimo de trabalhadores necessários para a execução do Contrato for igual ou menor que 05 (cinco), a contratação de que cuida o PRO-TRABALHO será facultativa;

b) quando o contingente mínimo de trabalhadores necessários para a execução do Contrato estiver entre 06 (seis) e 19 (dezenove), deverá haver a disponibilização de, no mínimo, umavaga;

c) quando o contingente mínimo de trabalhadores necessários para a execução do Contrato for de 20 (vinte) ou mais, haverá disponibilização de 5% (cinco por cento) das vagas existentes;

d) quando o resultado da aplicação do percentual de 5% (cinco por cento) for acima de número inteiro, será considerado, para fins de contratação dos trabalhadores do PRO-TRABALHO, o número inteiro desconsiderando-se a fração.

Apenasosbeneficiáriosdo PRO-TRABALHOquecumprempenaemregime semiabertoouaberto,nostermosdoart.33doCódigoPenalBrasileiroc/carts.36,110e119da LeiFederalnº7.210,de11dejulhode1984(LeideExecuçãoPenal),nãoestãosujeitosà Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), conforme §2º do art. 28 da Lei Federal nº 7.210/1984. 5.6.4.5.1.1 A remuneração e os encargos concernentes aos beneficiários do PRO-TRABALHO indicados no subitem anterior que não estão sujeitos ao regime da CLT observará a legislaçãopertinente, nos termos do §2º do art. 28 c/c art. 29 da Lei Federal nº 7.210/1984.
5.6.4.5.1.2 Por ocasião da efetiva execução do Contrato, deverá ser anexada à fatura mensal de prestação de serviços ou de realização da obra relação do contingente de trabalhadoresoriundos do PRO-TRABALHO que, na forma do subitem 5.6.4.5.1, não estão sujeitos ao regime da CLT.
Aaplicação do Programa deverá observar os critérios previstos nos arts. 36 e 37 da Lei de Execução Penal, bem como quaisquer exigências, impedimentos, incompatibilidades ou vedações legais à contratação de pessoas presas e egressas do sistema prisional.
O licitante, uma vez contratado, deverá atender também às obrigações concernentesao PRO-TRABALHO, nos termos disciplinado nos subitens seguintes.
Observar as disposições do Decreto nº 14.764/2013, e da Instrução Normativa SEAP/SETRE/SAEB nº 001/2018.
Apresentar ao fiscal ou responsável pela gestão e acompanhamento do Contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do início efetivo da execução dos serviços, a lista dos empregados selecionados pelo SINEBAHIAcom base nos cadastros mantidos pela SEAP e que se enquadrem como beneficiários do PRO-TRABALHO, observados os quantitativos definidos e

ascategoriasindicadasart.6º,incs.IeII,doDecretonº14.764/2013,comprovandoasuaefetiva contratação.
Manter durante todo o tempo da execução do Contrato, incluindo-se suas prorrogações, no limite determinado pela legislação, a relação de proporcionalidade entre as vagas disponibilizadas aos beneficiários do PRO-TRABALHO e aquelas necessárias à execução dos serviços relacionados ao Contrato.
Comunicar imediatamente ao fiscal do Contrato, que, no prazo de até 24 horas, deverá repassar essa comunicação à Diretoria de Integração Social/Superintendência de Ressocialização Sustentável/SEAP, a falta ao trabalho ou desligamento do beneficiário do PRÓ- TRABALHO, observando-se, ainda, que:

a) Após o desligamento do beneficiário do PRO-TRABALHO, a empresa contratada terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para providenciar o preenchimento da vaga em aberto, com o auxílio da SETRE, o que será objeto de acompanhamento por parte do fiscal do Contrato;

b) nãohavendocandidatoaptoparaopreenchimentodavagadisponível,caberáàSETREemitir atestado com tal informação, entregando-o à empresa contratada no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento da comunicação acerca da necessidade de contratação de novo beneficiário do PRO-TRABALHO; e

c) a contratada poderá preencher a vaga com terceiros não beneficiários do PRO-TRABALHO, caso a SETRE não cumpra com o prazo estabelecido na alínea "b" acima, observado o subitem 5.6.4.5.3.6.

Emcasoderegressãodoregimedecumprimentodapenadoempregadobeneficiário do PRO-TRABALHO ou de qualquer outro fato que possa ensejar o seu desligamento da empresa que o contratou nos termos do Decreto nº 14.764/2013, a contratada deverá providenciar o preenchimento da vaga surgida, observando os mesmos prazos e procedimentos definidos no subitem 5.6.4.5.3.4.
O não cumprimento da cota reservada para beneficiários do PRO-TRABALHO só será tolerado quando a contratada apresentar atestado emitido pela SEAP informando a inexistência de beneficiário do mencionado Programa que se enquadre ao perfil da vaga disponibilizada.

Anãoobservânciadas regras doPRO-TRABALHO implicainadimplementocontratual e possibilita a extinção do Contrato por ato unilateral da Administração, além da aplicação das sanções legais.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, e da Lei Estadual nº 14.634/2023, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (art. 115, *caput*, da Lei Federal nº 14.133/2021).
Emcasodeimpedimento,ordemdeparalisaçãooususpensãodoContrato,ocronogramade execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (art. 115, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021).
O impedimento a que se refere o subitem anterior, total ou parcial, da execução do Contrato por fato ou ato de terceiro, deve ser reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.
As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, para esse fim, o uso de mensagem eletrônica por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI.
O órgão ou entidade poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
O acompanhamento da execução do Contrato compreenderá as atividades de gestão e fiscalização na forma dos arts. 15 a 23 do Decreto nº 22.885/2024, observando-se, ainda, o disposto nos arts. 7º e 17 do Decreto nº 23.059/2024.
Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua intimação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua justificativa.
O prazo de que trata o subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, **por até 15 (quinze) dias úteis**, a critério do Contratante.
Não havendo regularização ou não sendo aceita a justificativa apresentada, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à apuração dos fatos nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
Após a assinatura do Contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para alinhamento da execução do Contrato e demais procedimentos de gestão do ajuste.

## 7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

### RECEBIMENTO DO OBJETO

### Recebimento provisório

O objeto do Contrato será recebido provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(s) fiscal(is) do Contrato, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (art. 140, inc. I, "a", da Lei Federal nº14.133/2021).
O prazo de que trata este subitem anterior será contado do recebimento de comunicação escrita da contratada com a comprovação da execução do objeto a que se refere a parcela a ser paga.
A medição dos serviços prestados será efetuada em períodos de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da assinatura da Ordem de Serviço, e deverão conter as parcelas do objeto contratado efetivamente realizadas no período, segundo a correspondente planilha orçamentária e o que dispõe o Critério Geral de Medição e Pagamento, anexos a este Termo de Referência.
A contratada deverá apresentar planilha e memória de cálculo detalhada da parcela do objeto medida.
A medição deverá conter um relatório fotográfico, com as fotos iniciais e finais da obra, especificamente para os parcelas mais expressivas do objeto definidas em anexo deste Termo de Referência.

O relatório fotográfico deverá ser composto por uma quantidade de fotos que representedeformasignificativaaexecuçãodaobra,sendo02(duas)fotosporfolhaemformato A4.
A contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas,notodoouemparte,oobjetoemqueseverificaremvícios,defeitosouincorreções resultantes da execução ou materiais empregados (art. 119 da Lei Federal nº 14.133/2021).
O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído ou corrigido no prazo de**15 (quinze) dias**, a contar da intimaçãodacontratada,àssuascustas,semprejuízodaaplicaçãodaspenalidades(art.140, §1ºdaLeiFederalnº14.133,de2021).
Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o(s) fiscal(is) do Contrato deverá(ão) emitir relatório sobre o efetivo cumprimento das obrigações da contratada e, se for o caso, analisar o desempenho na execução do Contrato nos termos do art. 144 da Lei Federal nº 14.133/2021, em consonância com os indicadores que deverão integrar este Termo de Referência como anexo, encaminhando-o ao gestor do Contrato.
A análise do desempenho na execução do Contrato de que trata o art. 144 da Lei Federal nº 14.133/2021 poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, circunstância que deverá ser registrada pelo(s) fiscal(is) em relatório(s) a ser encaminhado ao gestor do Contrato.
A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição do objeto até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas durante o recebimento provisório.
O recebimento provisório estará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado de recebimento provisório deverá conter o registro, a *análise e a conclusão sobre todas as ocorrências na execução do Contrato, acompanhado dos demais documentos que julgar* necessários, encaminhando-o ao servidor ou comissão designada pela autoridade competente para recebimento definitivo.

**Recebimento definitivo**

O recebimento definitivo ocorrerá no **prazode 15 (quinze) dias úteis**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, observados os seguintes procedimentos (art. 140, inciso I, "b" da Lei Federal nº 14.133/2021):

a) emissão de documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is) sobre o cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos nos termos do Decreto nº 23.059/2024, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

b) análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicação das cláusulas contratuais correspondentes, solicitando à contratada por escrito, as respectivas correções;

c) emissão de termo detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços, com base nos relatórios elaborados e documentações apresentadas;

d) comunicação à contratada para emissão de nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s), com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

e) envio da documentação correspondente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão;

f) exigência de apresentação pela contratada do Relatório "*AS BUILT*", no caso de obras e serviços de engenharia.

O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato (art. 140, §§2° e 6º da Lei Federal n° 14.133, de 2021).

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade,aparcelaincontroversa,conformeart.143daLeiFederalnº14.133/2021,deveráser liberada no prazo previsto para pagamento.
Para fins do subitem anterior, o valor da parcela incontroversa deverá ser comunicadaà contratada para emissão de nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s).
Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s).

**LIQUIDAÇÃO**

Recebida(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s), a Administração, no**prazo de 30 (trinta) dias úteis**, prorrogáveis por até**30 (treinta) dias úteis**, adotará, na forma deste subitem, as providências para fins de liquidação da despesa.
Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) apresentado(s) pela contratada possui(em) os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: a) o prazo de validade; b) a data da emissão; c) os dados do Contrato e do Contratante; d) o período respectivo de execução do Contrato; e) o valor a pagar; e f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
7.3.3 *Havendo erro na apresentação da(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s), ou circunstância que* impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o

prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus para o Contratante;

7.4.4 A(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) deverá(ão) ser obrigatoriamente acompanhado(s) da comprovação da regularidade fiscal da contratada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação de habilitação fiscal, social e trabalhista, na forma exigida neste Termo de Referência.

**PAGAMENTO**
**Prazo para pagamento**

O pagamento será efetuado no**prazode 10(dez) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme subitem anterior.
No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços – INPC do IBGE, *pro rata tempore*.

**Forma de pagamento**

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária ou crédito em conta da contratada aberta em instituição financeira contratada pelo Estado da Bahia.
Optando a contratada por receber os créditos em instituição financeira diversa da indicada neste subitem, deverá arcar com os custos de transferências bancárias, os quais serão deduzidos dos pagamentos devidos.
A(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) deverá(ão) atender as exigências legais pertinentes aos tributos e encargos relacionados com a obrigação, inclusive os destaques necessários às retenções tributárias previstas em lei, e, as situações específicas, à adoção da forma eletrônica.
Independentemente do percentual de tributo inserido na proposta de preço, serão retidos na fonte, por ocasião da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente, quando houver incidência tributária.
A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, estando o pagamento condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DA PROPOSTA E EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

**Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**
Ofornecedordobem,obraouserviçoseráselecionadopormeiodeprocessode: ( x ) Contratação direta
()Licitação,namodalidadepregão,sobaformaeletrônica,comadoçãodocritériode julgamento
()menorpreço
()maior desconto
()Licitação,namodalidadeconcorrência,sobaformaeletrônica,comadoçãodocritériode julgamento
()menorpreço
()maior desconto
()melhortécnicaouconteúdoartístico,conformeanexo ( ) técnica e preço,
conforme anexo

**Exigências de habilitação**

Parafinsdehabilitação,deveráolicitantecomprovarosseguintesrequisitos:

**Habilitação jurídica**
Para**PessoasJurídicas**:

a) empresárioindividual:inscriçãonoregistropúblicodeempresasmercantis;

b) microempreendedor individual – MEI: certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

c) sociedadeempresária,sociedadelimitadaunipessoal:inscriçãodoatoconstitutivo,estatutoou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados, quando for o caso, dos documentos societários comprobatórios de eleição ou designação e investidura dos atuais administradores.

d) sociedades simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados dos atos comprobatórios de eleição e investidura dos atuais administradores.

e) empresa ou sociedade estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, observando-se a Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020, quando a atividade assim o exigir.

f) filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no RegistroCivil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitaçãofiscal,socialetrabalhista**

a) provadeinscriçãonoCadastroNacionaldePessoasJurídicas;

b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes ( x ) Estadual/Distrital ( x ) Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do licitante pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) provaderegularidadecomaFazenda(x)Estadual/Distrital(x)Municipal/Distritaldodomicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente, na forma da lei;

Caso o licitante seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

d) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

e) provaderegularidadecomoFundodeGarantiadoTempodeServiço(FGTS);

f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

g) em se tratando de contratação direta, prova de regularidade com a Fazenda do Estado da Bahia, ou o compromisso de sua regularização e sua efetiva realização, como condição para celebração do Contrato, nos termos do art. 65 da Lei estadual nº 14.634/2023.

h) Sociedade Cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na junta comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicasdarespectivasede,alémdoregistrodequetrataoart.107daLeinº5.764,de16 de dezembrode1971.

As microempresas e empresas de pequeno porte, beneficiárias do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**HabilitaçãoEconômico-Financeira**

a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação ou da contratação direta, caso o documento não consigne prazo de validade;

b) índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um),comprovadosmedianteaapresentaçãopelolicitantedebalançopatrimonial,demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

**LiquidezGeral(LG)**=(AtivoCirculante+RealizávelaLongoPrazo)/(PassivoCirculante+ Passivo Não Circulante)
**SolvênciaGeral(SG)**=(AtivoTotal)/(PassivoCirculante+PassivonãoCirculante)
**LiquidezCorrente(LC)**=(AtivoCirculante)/(PassivoCirculante)

Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índicesdeLiquidezGeral(LG),SolvênciaGeral(SG)eLiquidezCorrente(LC),seráexigido,para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

Na hipótese de licitação por lotes, o patrimônio líquido exigível será calculado em função da soma de tantos quantos forem os lotes em que a interessada tenha apresentado as melhores ofertas.

O balanço patrimonial, a demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício, caso a pessoa jurídica tenha sido constituída há menos de 2 (dois) anos (art. 69, §6º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

Obalançopatrimonialedemonstraçõescontábeispodemseratualizadosporíndicesoficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

O licitante apresentará o balanço patrimonial e a demonstração de resultado do exercício mediante, conforme o caso, publicação no Diário Oficial ou Jornal de Grande Circulação ou na Central de Balanços dentro do ambiente Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, cópia reprográfica das páginas do Livro Diário numeradas sequencialmente onde eles foramtranscritos, com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento registrados na Junta Comercial, emissão extraída do SPED, contendo Recibo de Entrega do Livro, os Termos de Abertura, Encerramento e Autenticação.

O atendimento dos índices econômicos previstos neste subitem será atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante (art. 69, §1°, da Lei Federal nº 14.133/2021).

Na licitação por lotes, quando for atingido o limite da capacidade econômico-financeira do licitante, esta será declarada inabilitada para o(s) lote(s) subsequentes, observada a ordem sequencial dos lotes constante do instrumento convocatório, sendo vedada a escolha, pelo licitante, dos lotes para os quais deseja a habilitação.

**QualificaçãoTécnica**

a) comprovação de capacitação **técnico-profissional**, através da apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de objeto de características semelhantes, para fins de contratação, limitadas estas às parcelas de maior relevância ou valor significativo (art. 67, inc. I, §§1ºe2º,daLeiFederalnº14.133/2021).

O vínculo profissional entre o profissional e o licitante poderá ser comprovado através de: a) Carteira de Trabalho; b) Certidão do Conselho Profissional; c) Contrato social; d) Contrato de prestação de serviços; e) Termo através do qual o profissional assuma a responsabilidade técnica pela execução do objeto licitado e o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa no caso do objeto contratual vir a ser a esta adjudicado.

Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnica deverão participar da execução do objeto da licitação, admitindo-se a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (art. 67, §6º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

Não será admitido que um mesmo profissional indicado como responsável técnico participe de mais de uma proposta apresentada por licitantes diversos.

b) comprovação de capacitação **técnico-operacional,** mediante apresentação de certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de objeto similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, limitada às parcelas de maior relevância ou valor significativo (art. 67, inc. II, §§1º e 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

b1) na hipótese de atividade não regulada por conselho profissional, a capacitação**técnico- operacional**referida neste item poderá ser demonstrada por certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado,preferencialmente conforme modelo anexo a este Termo de Referência.

b2) Será admitida a apresentação de atestados relativos a potencial subcontratado em relação à parcela do objeto cuja subcontratação tenha sido expressamente autorizada neste Termo de Referência, limitada a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, hipótese em que mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado (art. 67, §9º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

c) indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica quese responsabilizará pelos trabalhos, preferencialmente conforme modelo anexo a este Termo de Referência (art. 67, inc. III, da Lei Federal nº 14.133/2021).

Para fins desta alínea "c"), o licitante deverá apresentar, sob as penas da lei, em especial do disposto no art. 155, inc. VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, a relação explícita e declaração formal de disponibilidade, de acordo com as especificações exigidas;

Quantoaopessoaltécnico,seráobservadooquesesegue:

relação do pessoal técnico indicado pelo licitante deverá estar acompanhada da demonstração de vinculação à futura execução contratual, mediante a juntada no sistema eletrônico, de quaisquer dos seguintes documentos: a) Carteira de Trabalho; b) Certidão do Conselho Profissional; c) Contrato social; d) Contrato de prestação de serviços; e) Termo através do qual o profissional assuma o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa no caso do objeto contratual vir a ser a esta adjudicado.

Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnica deverão participar da execução do objeto da licitação, admitindo-se a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (art. 67, §6º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

NãoseráadmitidoqueummesmoprofissionalindicadocomoresponsáveltécnicoparticipE de mais de uma proposta apresentada por licitantes diversos.

d) provadeatendimentoderequisitosprevistosemleiespecial,seforocaso(art.67,inc.IV,da LeiFederalnº14.133/2021);

e) registroouinscriçãodolicitantenaentidadeprofissionalcompetente,seforocaso;

No caso de empresa não registrada no respectivo Conselho no Estado da Bahia, deverá apresentar o registro do Conselho do Estado de origem, ficando o licitante vencedor obrigado a apresentar o visto do Conselho local antes da assinatura do Contrato.

No caso de Sociedades empresárias estrangeiras, o atendimento da exigência de que trata esta alínea "e" se dará por meio da apresentação, no momento da assinatura do Contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

f) declaração no sistema eletrônico da licitação de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e, quando exigido, das condições locais, para o cumprimento das obrigações objeto da licitação ou da contratação direta (art. 67, inc. VI, da Lei Federal nº 14.133/2021).

Na hipótese de exigência de realização de vistoria prévia do local da execução, caso o licitante opte por não realiza-la, além da declaração de que trata essa alínea "f", deverá apresentar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, preferencialmente conforme modelo anexo a este Termo de Referência.

Nahipótesedelicitaçãoporlotes,seráobservadoodispostoaseguir:

Ademonstraçãodaqualificaçãotécnicadeveráserfeitaemfunçãodasomadetantos quantos forem os lotes em que o licitante tenha apresentado as melhores ofertas.

Quando for atingido o limite da capacidade técnica do licitante, este será declarado inabilitado para o(s) lote(s) subsequentes, observada a ordem sequencial dos lotes, sendo vedada a escolha, pelo licitante, dos lotes para os quais deseja a habilitação.

*No caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito*

parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcionãoidentificaraatividadedesempenhadaporcadaconsorciadoindividualmente,serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica (art. 67, §10, da Lei Federal nº 14.133/2021).
Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações ou contratações diretas destinadas à contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;
Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações ou contratações diretas destinadas à contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.
8.2.1.4.3.3 Na hipótese deste subitem 8.2.1.4.3, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

**Disposiçõesgerais**

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação ou da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (art. 65, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

Regrasacercadaparticipaçãodematrizefilial:

a) seolicitanteforamatriz,todososdocumentosdevemestaremnomedamatriz;

b) se o licitante for filial, todos os documentos devem estar em nome da filial, exceto aqueles que a legislação permita ou exija a emissão apenas em nome da matriz;

c) acomprovaçãodecapacidadeoperacionalparaodesempenhodeatividadepertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação ou da contratação direta poderá ser feita em nome da matriz ou da filial;

d) se o licitante participar do certame apresentando os documentos de habilitação e qualificação da matriz e desejar executar o Contrato pela filial, ou vice-versa, deverá fazer prova, por ocasião da assinatura do Contrato, da regularidade do estabelecimento que executará o objeto licitado, a qual deverá ser mantida durante todo o curso da avença.

O Certificado de Registro Cadastral-CRC ou Certificado de Registro Simplificado-CRS poderá substituir os documentos de habilitação, na forma indicada neste Termo de Referência.
Caso conste do registro algum documento vencido, o licitante deverá apresentar a versão atualizada do referido documento junto aos demais documentos de habilitação.
A substituição dos documentos está condicionada à verificação da regularidade destes, mediante a emissão do extrato do fornecedor pela Administração.
O Certificado de Registro Cadastral-CRC ou Certificado de Registro Simplificado–CRS, estando no prazo de validade, poderá substituir os documentos relativos à habilitação constantes do sistema, exceto os concernentes à Qualificação Técnica.

Na hipótese de participação de pessoas jurídicas em consórcio, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado (art. 15, inc. III, da Lei Federal nº 14.133/2021).

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado total da contratação é de R$ 372.062,00 (trezentos e setenta e dois mil e sessentaedoisreais),conformeplanilhadequantitativosepreçosunitárioseglobal(x)abaixo(
) em anexo, os quais correspondem**ao critério máximo de aceitabilidade dos preços unitários e global**.

| LOTE/ITEM | CódigoSIMPAS | Descrição | Unidadede Fornecimento(UF) | Quantitativo | PREÇOUNITÁRIO | PREÇOGLOBAL | DEGRAU |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 03.33.21.00003072-4 | APOIOACOLETASELETIVA,aos catadores/asde materiais recicláveisem coletaseletiva | Unidade | 1 | R$372.062,00 | R$372.062,00 | |
| | | | | VALORESTIMADOTOTAL | | R$372.062,00 | |

## 10. ADEQUAÇÃOORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento da presente contratação correrão à conta de recursos da Dotação Orçamentária a seguir

especificada:

| UnidadeFIPLAN | Função | Subfunção | Programa | P/A/OE |
|---|---|---|---|---|
| 3.21.101 | | | | 5914 |
| Região/planejamento | Naturezadadespesa | Destinaçãodorecurso | Tipoderecursoorçamentário | |
| | 44.90.52 | | | |

Adotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

O prazo para assinatura do Contrato ou retirada do instrumento equivalente será de 10 (dez) dias úteis, observado o disposto no art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021.
O prazo de que trata o subitem 11.1 poderá ser prorrogado uma vez, por, no máximo, idêntico período, mediante solicitação do Adjudicatário durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
A assinatura do Contrato se dará por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI,caso em que o licitante deverá providenciar o cadastramento de seu representante legal ou procurador no endereço eletrônicowww.portalseibahia.saeb.ba.gov.brou através do link disponibilizado no endereço eletrônico www.comprasnet.ba.gov.br.

## 12. ANEXOS E MODELOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

Vinculam-se a este Termo de Referência, independentemente de transcrição (art. 92, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021):
a) Especificaçõesdoobjeto,quandonãodescritasnoprópriocorpodesteTermodeReferência;
b) Modelo de descrição da proposta de preço e de declaração de elaboração independente deproposta;
c) Modelodeprovadecapacidadeoperacional;
d) EstudoTécnicoPreliminar,quandocabível;
e) Modelodedeclaraçãodeciênciadascondiçõesderealizaçãodoobjeto(vistoriaprévia);

Salvador, 25 de Fevereiro de 2025

Júlio Santana
CoordenadorCOFES




**Projeto Eco Folia Solidária**

"NoCarnavaldeSalvadorRespeiteoCatador(a)".

## 1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO:

| |
|---|
| **1.1. TÍTULO:**<br>Eco Folia Solidária – O Trabalho Decente Preserva o Meio Ambiente - 20ª edição |
| **1.3. MUNICÍPIO (s)/LOCALIDADE (s) DE EXECUÇÃO DO SUBPROJETO:** Salvador — **UF:** BA |
| **1.4. PERÍODO DE EXECUÇÃO(DURAÇÃO EM MESES):**<br>Quatro meses. |
| **1.5. TIPO DE COMUNIDADE**<br>() INDÍGENA<br>()COMUNIDADEDEAGRICULTORESFAMILIARES()<br>REMANESCENTES DE QUILOMBOLAS<br>()ASSOCIAÇÃODOPROGRAMANACIONALDECRÉDITOFUNDIÁRIO()<br>ASSOCIAÇÃO PROGRAMA PILOTO CÉDULA DA TERRA<br>(X) URBANA<br>() OUTROS:..... |

## 2. IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

| | | |
|---|---|---|
| **2.1. NOME/SIGLA:**<br>CooperativadeColetaSeletiva,ProcessamentodePlásticoeProteçãoAmbiental-CAMAPET | | |
| **2.2. ENDEREÇO (rua, avenida, praça, número, complemento, bairro, estrada):**<br>Avenida Fernandes da Cunha, 19 – Mares. | | |
| **CEP:**<br>40445-200 | **MUNICÍPIO:**<br>Salvador | **UF:**<br>Bahia |
| **TEL:** (71) 98791-2955/3313-5542 | **FAX:** | **CORREIO ELETRÔNICO:**<br>camapet@gmail.com |
| **2.3. TIPO DE ORGANIZAÇÃO:**<br>Cooperativa | | **DATA DO REGISTRO JURÍDICO:**17/03/2005 |
| | | **NÚMERO CNPJ:**<br>07.293.479/0001-40 |
| **2.4. REPRESENTANTE LEGAL (nome):**<br>Elenildes Souza Duarte | | |
| **CARGO OU FUNÇÃO NA ORGANIZAÇÃO:**<br>Presidente | | |
| **2.6. CAPACIDADE E EXPERIÊNCIA DE TRABALHO DA ENTIDADE:**<br>Breve descrição da organização:<br>A Cooperativa de Coleta Seletiva Processamento de Plástico e Proteção Ambiental – CAMAPET, proponente deste projeto, teve início no ano 1999, registrada em 2005, formada por jovens e adultos catadores da comunidade de Alagados/Itapagipe.ACAMAPETtemdesempenhadoumpapelimportanteno | | |

resgatedaautoestimadosenvolvidos,nageraçãodetrabalhoerenda,namudança de comportamento e atitudes da população local com relação ao trato com os resíduos sólidos e líquidos. Ao longo de dezoito anos a CAMAPET vem se firmando enquanto membro da Executiva do Fórum Lixo e Cidadania, da Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe – CAMMPI, e do Fórum Baiano de Economia Solidária.

Em agosto de 2006 a CAMAPET ganhou o 7° prêmio FIEB Desempenho Ambiental, Modalidade Projetos Cooperativos de Responsabilidade Socioambiental, como resultado da campanha "Eu Participo da Coleta Seletiva". Em Março de 2009 ganhou o prêmio Top100 do SEBRAE, premiação para as melhores 100 unidades de artesanato do Brasil, pela fabricação de jóias a partir da reutilização das embalagens PET. Recebeu, também, o certificado de Tecnologia Social da Fundação Banco do Brasil pelo projeto Reciclagem Gera Créditos na Conta de Energia e em dezembro de 2010 ganhou o Prêmio ECOPET da Associação Brasileira da Indústria do Pet - ABIPET na categoria coleta e separação.

A CAMAPET foi a proponente de outras edições do projeto Eco Folia Solidária, ação oriunda da Central das Cooperativas de Trabalho de Reciclagem da Bahia – CCRBA uma rede composta por dez empreendimentos econômicos solidários de catadoras(es) de materiais recicláveis que teve início no ano 2003 e foi organizado como fruto de uma parceria informal entre empreendimentos e a Agência de Desenvolvimento Solidário - ADS.

ValeressaltarqueaCAMAPET,mais03empreendimentoseconômicossolidários de catadores/as de materiais recicláveis participantes deste projeto, junto com a ONG Centro de Arte e Meio Ambiente - CAMA, desempenha papel importante no sentido da organização e do funcionamento das cadeias produtivas que estão inseridos, com basenacooperaçãonasáreasoperacionaledecomercializaçãodosresíduossólidos, bem como apresenta disponibilidade no processo de aglutinação e fortalecimento dos empreendimentos com o repasse de métodos de trabalho desenvolvido o que lhe dá legitimidade para ser a proponente deste projeto.

## 3. OBJETIVO GERAL:

Promover o apoio ao trabalho dos catadores e catadoras de materiais recicláveis,tanto autônomos quanto cooperativados, com o objetivo de implementar as leis 12.305/10 e 12.932/14, que estabelecem as políticas nacionais e estaduais de resíduos sólidos, respectivamente, contribuindo com a redução do impacto ambiental e

a geração de trabalho e renda, através da coleta dos resíduos produzidos durante o carnaval de Salvador em 2025.

## 4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Minimizar a situação de exploração e risco a que estão submetidos os catadores e catadoras de materiais recicláveis, durante carnaval de Salvador em 2025;
2. Realizar o pagamento pelo serviço ambiental urbano a 70 catadores/as de materiais recicláveis cooperativados pela gestão das centrais de apoio ao catador/ae aos 300 catadores/as autônomos/as pelo volume (kg) de materiais recicláveis coletados, tendo em vista o cumprimento da logística reversa;
3. Melhorar as condições de trabalho dos 370 catadores/as de materiais recicláveis autônomos/as e cooperativados, com a distribuição EPIs, fardamento, sacos de ráfia, big bags.

## 5. JUSTIFICATIVA:

Mesmo com aprovação das leis 12.305/10 e 12.932/14 que institui as políticasnacional e estadual de resíduos sólidos respectivamente, ainda ocorre de maneira inadequada o acondicionamento e destino dos resíduos gerados na maioria das cidades do país. Na maioria das cidades, esse material ainda oferece risco à saúde e ao meio ambiente, segundo dados da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública. De acordo com essas legislações, a gestão desses resíduos deve considerar as premissas da sustentabilidade em todas as suas dimensões, política, econômica, ambiental, cultural e social.

Os principais problemas enfrentados pelos municípios baianos na gestão dos resíduos sólidos, são, por exemplo, a dificuldade de áreas para disposição final, a inserção socioeconômica dos catadores de materiais recicláveis, a contaminação dos rios, falta de recursos governamentais, ausência da efetividade das políticas públicas e no tocante ao saneamento, falta de recursos humanos preparados para atuar em gestão de resíduos e também a ausência de educação ambiental. A preocupação com o descarte e a gestão de resíduos é um dos objetivos do Desenvolvimento Sustentável, elaborados pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Objetivo 12 - Consumo e Produção, salienta a importância de até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.

Vale destacar que os índices de reciclagem no país não ultrapassam 4% (ABRELPE, 2022). E que 90% de tudo que é encaminhado à reciclagem, ocorre em função do trabalho dos catadores e catadoras de materiais recicláveis (IPEA, 2013),evidenciando a importância da atuação desses profissionais para a reciclagem e o bem-estar ambiental. Desta forma, considerando que a etapa inicial da reciclagem dos RSU é a separação dos materiais na origem, ou seja, quando o gerador – separa os materiais recicláveis dos não recicláveis e os coloca à disposição para a coleta seletiva. E que apenas 27,5% das cidades brasileiras oferecem serviço de coleta seletiva porta-a-porta, modelo operacional mais indicado para aumentar as taxas de reciclagem de RSU, segundo dados do Atlas Brasileiro da Reciclagem. O papel dos catadores e catadoras de materiais recicláveis no Brasil, tem sido ainda mais fundamental para garantir os índices de reciclagem, ainda que considerados muito baixos.

A cidade de Salvador com mais de 2,4 milhões de habitantes (IBGE, 2022), segundo dados informados pelo Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico de Salvador, do ano de 2020, apresentados pela administração municipal, indicam que foram coletadas aproximadamente 913.571 mil toneladas de resíduos sólidos domiciliares, sendo que o estudo gravimétrico aponta para 34% de material reciclável e passível de Logística Reversa (papel, papelão, vidro, metais, plásticos, etc.), 21,90% de material biodegradável e 44,10% de rejeito (SEINFRA, 2023).

A contínua busca por menores impactos ambientais são resultantes de exigências impostas pela sociedade através dos consumidores e de requisitos legais governamentais. As legislações ambientais tornaram-se mais duras na última década, exigindodasempresasumcomportamentoambientalmaisativo,responsabilizando-as pela completa gestão do ciclo de vida dos seus produtos, diminuindo assim os impactos ambientais não apenas dos processos, mas também daqueles causados pelas atividades de descarte. Isto faz com que aumente a porcentagem da utilização de materiais e embalagens reciclados. É crescente entre os clientes a consciênciapara a reciclagem e por processos de manufatura mais limpos, espera-se que para cada produto novo adquirido um produto antigo deva ser reciclado (KRIKKE, 2001).

Neste contexto, os catadores e catadoras de materiais recicláveis exercem um papel fundamental para o gerenciamento destes resíduos. Trabalhando como autônomos, quenãopertencemanenhumtipodecooperativaacabamenfrentandoproblemas

como a falta de credibilidade de sua atividade, pois agem de forma isolada, e também muitas vezes, desorganizada pois recolhem papeis de inúmeras fontes geradoras desde comércio, residências ou do próprio lixo disposto nas ruas. A formação de cooperativas promove a união desses catadores, facilitando a obtenção e venda dos materiais recicláveis, conseguindo valorizar ainda mais o preço do material coletado.

Os empreendimentos econômicos solidários de catadores(as) de materiais recicláveis surgem com função econômica, ambiental e social. Econômica porque geram trabalho e renda com a venda de materiais recicláveis, ambiental por permitirem um reaproveitamento dos recursos naturais e social por resgatar indivíduos excluídos do mercado de trabalho como profissionais.

Neste sentido, a cooperativa CAMAPET, junto com mais outros empreendimentos econômicos solidários de catadores(as) de materiais recicláveis, por meio do Projeto Eco Folia Solidária – O Trabalho Decente Preserva o Meio Ambiente, ao longo de 20 anos, tem prestado promovido a coleta seletiva solidária, durante a maior festa de Rua do Planeta. A relevância do projeto Eco Folia Solidária pode ser avaliada também pelos seus resultados tangíveis. Por fim espera-se que seja cumprida a legislação vigente para garantir aos catadores e catadoras de materiais recicláveis necessário apoio para execução deste projeto.

## 6. IDENTIFICAÇÃO DA ASSESSORIA TÉCNICA

| | | |
|---|---|---|
| **3.1. NOME/SIGLA:** Centro de Arte e Meio Ambiente - CAMA | | |
| **3.2. ENDEREÇO (rua, avenida, praça, número, complemento, bairro, estrada):** Rua do Uruguai, s/n Uruguai- Salvador-Bahia. | | |
| **CEP:** 40450-380 | **MUNICÍPIO:** Salvador | **UF:** Bahia |
| **TEL:** (71) 3207-1926/98784-4383 | **FAX:** | **CORREIO ELETRÔNICO:** ong.cama@gmail.com |

## 7. BENEFICIÁRIOSE PARTICIPANTES:

O público participante e beneficiário são 370 famílias de catadores e catadoras autônomos e cooperativados. Sendo 70 dos 04 empreendimentos econômicos solidários de catadora(e)s de materiais recicláveis. E mais os 300 catadores e catadores de materiais recicláveis autônomos, durante o carnaval de Salvador.

## 8. PERÍODO DE EXECUÇÃO:

Período de 01/02/2025 a 01/04/2025.

## 9. ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO (METODOLOGIA):

A fim de garantir êxito na execução da vigésima edição do Projeto Eco Folia Solidária– O Trabalho Decente Preserva o Meio Ambiente com o cumprimento da logística reversa prevista na legislação vigente estão sendo estabelecidas algumas parcerias e articulação e mobilização para as ações previstas no projeto.

## 10. RESULTADOS ESPERADOS DO PROJETO:

✓Espera-se com a execução deste projeto minimizar a situação de exploração e risco a que estão submetidos os catadores e catadoras de materiaisrecicláveis, tendo em vista a implementação das leis 12.305/10 e 12.932/14que institui a política nacional e estadual de resíduos sólidos respectivamente favorecendo a diminuição do impacto ambiental e geração de trabalho e renda com a coleta dos resíduos gerados durante o carnaval de Salvador.

✓Ter efetuado o pagamento pelo serviço ambiental urbano aos 70 catadores/as autônomos/as pelo volume (kg) de materiais recicláveis coletados e aos 300 catadores/as cooperativados pela gestão e gerenciamento das centrais de apoio ao catador/a, tendo em vista o cumprimento da logística reversa;

✓ Ter estabelecido melhores condições de trabalho aos 370 catadores/as de materiais recicláveis autônomos/as e cooperativados, por meio da distribuição EPIs, fardamento, sacos de ráfia, big bags.

## 11. CRONOGRAMA DE ATIVIDADE:

| METAS | ATIVIDADES | MÊS | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 1- Destinar adequadamenteos resíduos sólidos (recicláveis) gerados durante o carnaval de Salvador 2025. | 1.1 - Realizar recebimento dos resíduos sólidos coletados pelos catadores e catadoras de materiais recicláveis autônomos, nas centrais de apoio ao catador/a. | X | X | | |
| 2-Realizaropagamentopelo serviço ambiental urbano aos 70 catadores/as de materiais recicláveis cooperativados pela gestão das centrais de apoioaocatadoreaos300 | 2.1 - Efetuar pagamento aos catadores e catadoras de materiais recicláveis autônomos/as e cooperativados. | X | X | X | X |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| catadores/as autônomos/as pelo volume (kg) demateriais recicláveis coletados, tendo em vista o cumprimentodalogística reversa. | | | | | |
| 3- Melhorar as condições de trabalhodos370catadores/as de materiais recicláveis autônomos/as e cooperativados, por meio da distribuição de EPIs, fardamento, sacos de ráfia, big bags. | 3.1-Distribuir370KitsdeEPIse fardamento | X | X | | |
| | | | X | | |

## 12. ORÇAMENTO:

| ITENS | UNID. | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| Camisascomimpressão(2por catador) | Und. | 785 | R$ 40,00 | R$ 31.400,00 |
| Calça (2 por catador) | Und. | 740 | R$ 80,00 | R$ 59.200,00 |
| Luvas (2 por catador) | Und. | 740 | R$ 11,62 | R$ 8.598,80 |
| Capa de Chuva (1 por catador) | Und. | 370 | R$ 30,00 | R$ 11.100,00 |
| Meião (1 por catador) | Und. | 370 | R$ 15,00 | R$ 5.550,00 |
| Botas (1 por catador) | Und. | 370 | R$ 75,00 | R$ 27.750,00 |
| Prot. Auricular (1 por catador) | Und. | 370 | R$ 1,20 | R$ 444,00 |
| Big Bags | Und. | 400 | R$ 35,00 | R$ 14.000,00 |
| Sacos de ráfia | Und. | 600 | R$ 4,00 | R$ 2.400,00 |
| Plotagem das centrais | Und. | 2 | R$ 20.000,00 | R$ 40.000,00 |
| Registro audiovisual | Und. | 1 | R$ 15.000,00 | R$ 15.000,00 |
| Material de escritório | Und. | 2 | R$ 1.000,00 | R$ 2.000,00 |
| Serviço de designer gráfico | Und. | 1 | R$ 5.000,00 | R$ 5.000,00 |
| Locação de software + Internet | Und. | 1 | R$ 4.420,00 | R$ 4.420,00 |
| Logística de coleta | Und. | 16 | R$ 450,00 | R$ 7.200,00 |
| Gestãodascentraisdeapoioao catador(a) | Diárias | 490 | R$ 200,00 | R$ 98.000,00 |
| Equipe de Coordenação | Unid. | 4 | R$ 10.000,00 | R$ 40.000,00 |
| **TOTAL** | | | | **R$ 372.062,80** |

27/02/2025

**AUGUSTO SERGIO VASCONCELOS DE OLIVEIRA**
**SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE – SETRE**

**ELENILDES DE SOUZA DUARTE**
**COOPERATIVA DE COLETA SELETIVA, PROCESSAMENTO DE PLÁSTICO E PROTEÇÃO AMBIENTAL-CAMAPET**

DIÁRIO OFICIAL
República Federativa do Brasil - Estado da Bahia
SALVADOR, **QUINTA-FEIRA**, 6 DE MARÇO DE 2025 - ANO CIX - Nº 24.108

# SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE

**RESUMO DE CONTRATOS**

Contratante: Estado da Bahia/SETRE. Contratadas: Cooperativas de catadores de materiais recicláveis a seguir relacionadas. Objeto: execução do serviço de coleta seletiva no carnaval 2025. As despesas correrão pela seguinte dotação orçamentária: Unidade Orçamentária-3.21.101-APG, Natureza da Despesa-33.90.39.00, Projeto/Atividade-5914, Fontes-0.128/0.100 da Unidade Gestora-21.101.0007-SESOL.

| PROCESSO | Nº CONTRATO | Nº DISPENSA | CONTRATADAS | VALOR | VIGÊNCIA (meses) (a contar da data da assinatura do Contrato) |
|---|---|---|---|---|---|
| 021.2129.2025.0000248-41 | 006/2025 | 003/2025 | CRG -COOP CAT | R$ 419.134,50 | 03 |
| 021.2129.2025.0000695-18 | 008/2025 | 004/2025 | COOP-REDE | R$ 400.056,00 | 03 |
| 0212129202500003O1-40 | 009/2025 | 005/2025 | CATA BAHIA | R$ 170.250,00 | 06 |
| 021.2129.2025.0000319-79 | 010/2025 | 006/2025 | RECICLA CONQUISTA | R$ 500.045,39 | 03 |
| 021.2129.2025.0000278-66 | 011/2025 | 007/2025 | CAEC | R$ 300.000,00 | 05 |
| 021.2129.2025.0000336-70 | 012/2025 | 008/2025 | REDE RECICLA BAHIA (BARREIRAS) | R$ 90.479,80 | 03 |
| 021.2129.2025.0000302-21 | 013/2025 | 010/2025 | CAMAPET | R$ 372.062,80 | 04 |
| 021.2129.2025.0000241-74 | 014/2025 | 009/2025 | COOPERGUARY | R$ 610.000,00 | 06 |
| 021.2129.2025.0000308-16 | 015/2025 | 011/2025 | REDE RECICLA BAHIA (SALVADOR) | R$ 283.600,00 | 06 |

Assinam: Augusto Sérgio Vasconcelos de Oliveira - Secretário da SETRE e representantes das contratadas.
*Republicado por incorreção.

**RESUMO DO CONTRATO N. 005/2025**

Contratante: Estado da Bahia/SETRE. Contratada: Cooperativa de catadores de materiais reciclável a seguir relacionada. Objeto: **execução do serviço coleta seletiva na Lavagem do Beco em Itabuna 2025**. As despesas correrão pela seguinte dotação orçamentária: Unidade Orçamentária-3.21.101-APG, Natureza da Despesa-33.90.39.00, Projeto/Atividade-5914, Fontes-0.128/0.100 da Unidade Gestora-21.101.0007-SESOL.

| PROCESSO | Nº DISPENSA | CONTRATADAS | VALOR | VIGÊNCIA |
|---|---|---|---|---|
| 021.2129.2025.0000343-07 | 002/2025 | AACRRI | R$ 60.000,00 | 03 meses (a contar da data da assinatura do Contrato) |

Assinam: Augusto Sérgio Vasconcelos de Oliveira - Secretário da SETRE e representante da contratada.

# SECRETARIA DE TURISMO

**SECRETARIA DE TURISMO.**

**RESUMO DO CONTRATO Nº 156/2025**.

**PROCESSO:** 032.1313.2025.0001743-06; **MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 146/2025. CONTRATANTE:** Estado da Bahia/Secretaria de Turismo. **CONTRATADA:** ZONA GLOBAL EVENTOS LTDA, CNPJ Nº 14.867.326/0001-25. **OBJETO**: Contratação de apresentação artística da banda "AFRODISÍACO', no dia 03 de março de 2025, em Itacaré/BA. **VIGÊNCIA:** 60 (sessenta) dias, a contar da data da assinatura do Contrato. **VALOR:** R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária: 32.101; Unidade Gestora: 0003; Ação: 23.695.411.3701; Natureza da Despesa: 33.90.39.000; Destinação de Recurso: 1.500.0.100.500137.00.00.00. **BASE LEGAL**: Art. 74, inciso II da Lei nº 14.133/2021. **DATA DA ASSINATURA**: 27.02.2025. **ASSINATURA:** Luís Maurício Bacellar Batista, Secretário de Turismo.

**SECRETARIA DE TURISMO.**

**RESUMO DO CONTRATO Nº 157/2025**.

**PROCESSO:** 032.1313.2025.0001936-02; **MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 147/2025. CONTRATANTE:** Estado da Bahia/Secretaria de Turismo. **CONTRATADA:** THALY PRODUÇÕES LTDA, CNPJ Nº 26.104.191/0001-25. **OBJETO**: Contratação de apresentação artística de TAYRONE, no dia 01 de março de 2025, em Muritiba/BA. **VIGÊNCIA:** 60 (sessenta) dias, a contar da data da assinatura do Contrato. **VALOR:** R$ 250.000,00 (setenta e cinco mil reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária: 32.101; Unidade Gestora: 0003; Ação: 23.695.411.3701; Natureza da Despesa: 33.90.39.000; Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000106.00.00.00. **BASE LEGAL**: Art. 74, inciso II da Lei nº 14.133/2021. **DATA DA ASSINATURA**: 27.02.2025. **ASSINATURA:** Luís Maurício Bacellar Batista, Secretário de Turismo.

**SECRETARIA DE TURISMO**

**RESUMO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 014/2020.**

**PROCESSO Nº** 024.2056.2025.0001796-69. **CONTRATANTE:** Estado da Bahia/ Secretaria de Turismo. **CONTRATADA:** OI S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, CNPJ nº 76.535.764/0001-43. **OBJETO:** Prorrogação excepcional da vigência do Contrato n° 014/2020, por mais 12 (doze) meses, ou até que ultimado o processo licitatório através do processo SEI nº 024.2056.2024.0001529-56, o que primeiro ocorrer, com vigência a partir de 17 de maio de 2025. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária: 32.101, Unidade Gestora: 0001; Ação: 23.122.502.2018; Natureza da Despesa: 33.90.39.000; Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00. **BASE LEGAL:** Lei Estadual nº 9.433/05. **DATA DE ASSINATURA:** 27.02.2025. **ASSINATURA:** Luís Maurício Bacellar Batista, Secretário de Turismo.

# DISPENSA E INEXIGIBILIDADE

# SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

**DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 013/2025.** O **ESTADO DA BAHIA**, por intermédio da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEC, CNPJ nº 13.937.065/0001-00, situada à Avenida Luís Viana Filho, nº 550, Centro Administrativo da Bahia - CAB, neste ato representada pela Secretária Estadual da Educação a Sr.ª Rowenna dos Santos Brito, autorizada pelo Decreto de delegação de competência s/nº, publicado no D.O.E. de 23/08/2024, no uso de suas atribuições, com fundamento no Art. 75, inciso VIII da Lei Federal n° 14.133/2021 e no Processo SEI: 011.5391.2024.0095982-60, resolve Dispensar a Licitação para firmar Contrato com a empresa **WEBTRIP AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO EIRELI**, CNPJ nº 07.340.993/0001-90, no valor global estimado de R$ 300.006,00 (trezentos mil e seis reais), objetivando a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de agenciamento de viagens, por meio de ferramenta online de autoagendamento (selfbooking), disponibilizados por esta Pasta, neles compreendidos os de assessoramento, programação, montagem de roteiros, cotação, reserva, marcação, emissão, remarcação ou alteração, cancelamento e reembolso com a entrega de bilhetes de passagens aéreas nacionais e internacionais, pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da Autorização Da Prestação De Serviços - APS, ou até que se conclua o procedimento licitatório nº 009.16980.2024.0049799-45, o que ocorrer primeiro. DATA DE ASSINATURA: 27/02/2025. ASSINATURA: Secretária Estadual da Educação.

# SECRETARIA DA SAÚDE

**COMPLEXO HOSPITALAR DE VITÓRIA DA CONQUISTA**
**RESUMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA**
Processo Nº 0018 PCE N.º 19.138.2025.0018 Contratante: COMPLEXO HOSPITALAR DE VITÓRIA DA CONQUISTA - Contratado 39.288.518/0001-08-RIO MATERIAIS LTDA. AQUISIÇÃO DE ELETRODO PARA O CHVC; VALOR TOTAL R$ 17.985,00 (dezessete mil e novecentos e oitenta e cinco reais); Justificativa: AQUISIÇÃO COM VALOR LIMITE ESTIPULADA EM LEI. Amparo Legal: 75, Inciso II da Lei Federal 14.133/2021, Inicio Vigência 01 de Abril de 2021 - Data da Disputa: 25/02/2025. Vitória da Conquista, 06 de Março de 2025.
**Gerardo Azevedo Junior**
Diretor Geral do C.H.V.C
**COMPLEXO HOSPITALAR DE VITÓRIA DA CONQUISTA**
**RESUMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA**
Processo Nº 0017 PCE N.º 19.138.2025.0017 Contratante: COMPLEXO HOSPITALAR DE VITÓRIA DA CONQUISTA - Contratado 52.486.269/0001-23-NACIONAL MED - COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES. AQUISIÇÃO DE FILME ULTRASSONOGRAFIA PARA O CHVC; VALOR TOTAL R$ 22.032,00 (vinte e dois mil e trinta e dois reais); Justificativa: AQUISIÇÃO COM VALOR LIMITE ESTIPULADA EM LEI. Amparo Legal: 75, Inciso II da Lei Federal 14.133/2021, Inicio Vigência 01 de Abril de 2021 - Data da Disputa: 25/02/2025. Vitória da Conquista, 06 de Março de 2025.
**Gerardo Azevedo Junior**
Diretor Geral do C.H.V.C
**COMPLEXO HOSPITALAR DE VITÓRIA DA CONQUISTA**
**RESUMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA**
Processo Nº 0016 PCE N.º 19.138.2025.0016 Contratante: COMPLEXO HOSPITALAR DE VITÓRIA DA CONQUISTA - Contratado 32.170.135/0001-91-PRIMUS MEDICAL DISTRIBUIDORA LTDA. AQUISIÇÃO DE AVENTAL USO HOSPITALAR PARA O CHVC; VALOR TOTAL R$ 29.399,40 (vinte e nove mil e trezentos e noventa e nove reais e quarenta centavos); Justificativa: AQUISIÇÃO COM VALOR LIMITE ESTIPULADA EM LEI. Amparo Legal: 75, Inciso II da Lei Federal 14.133/2021, Inicio Vigência 01 de Abril de 2021 - Data da Disputa: 24/02/2025. Vitória da Conquista, 06 de Março de 2025.
**Gerardo Azevedo Junior**
Diretor Geral do C.H.V.C

*CÓPIA - Consulte informação oficial em www.dool.egba.ba.gov.br*